



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CDU/Belém

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO CDU/BELÉM

Em 05 de fevereiro de 2019, no Gabinete do Prefeito Municipal de Belém – Palácio Antônio Lemos, localizado à Praça Dom Pedro II, no bairro da Cidade Velha, com início às 16H10 e término às 18h00.

Conselheiros:

1. PMB – Zenaldo Rodrigues Coutinho Junior _____
2. SEGEP - Maria de Nazaré Rodrigues da Costa _____
3. SEGEP - Mauro Carlos Cruz Gaia _____
4. SEURB - Annete Klautau de Amorim Ferreira _____
5. SESAN – Cláudio Augusto Chaves das Mercês _____
6. SESAN – Euirbe Castro de Araújo _____
7. SEHAB – Maikenn Emanuel Santos de Souza _____
8. SEMOB – Onofre Velloso de Bastos _____
9. SECON – Rosivaldo Batista _____
10. CODEM – Danilo Silva da Silva _____
11. CMB - Walber Palheta de Mattos _____
12. ADEMI-PA – Orlain Bruno Barbosa Miléo _____
13. UGT/PA – José Maria Oliveira Garcia _____
14. UEPA – Samantha Nahon Bittencourt _____
15. UFPa - Roberta Rodrigues Rodrigues _____
16. CAU/PA – Filomena da Cunha Gonçalves Mata _____
17. AAPBel – Maria Dorotéa Lima _____
18. UNMP/PA - Paulo Afonso Caldeira dos Santos _____
19. UNMP/PA - Paulo Sérgio Setubal Barbosa _____

Entidades/ Instituições convidadas:

1. FUMBEL - Fábio Atanásio de Moraes _____
2. MPPA - Raimundo de Jesus Coelho de Moraes _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CDU/Belém



Pautas:

Pauta 01 - Aprovação da Ata da 3ª Reunião Extraordinária realizada no dia 22 de janeiro de 2019

O Presidente do CDU declarou aberta a 3ª Reunião Extraordinária do Conselho realizando a verificação do quórum e informou a presença de 16 (dezesseis) Conselheiros e a ausência dos Conselheiros representantes da FECOMÉRCIO/PA e da FETRACOM/PA. Registrou, ainda, a presença dos convidados da FUMBEL e MPPA e a ausência do convidado da DPE/PA.

Em relação à Ata da 3ª Reunião Extraordinária realizada no dia 22 de janeiro de 2019, o Presidente informou que o arquivo digital foi encaminhado, por e-mail, para todos os Conselheiros para a apreciação. A seguir, perguntou se haveria alguma alteração a ser realizada ou a Ata poderia ser aprovada.

A Conselheira Maria Dorotéia Lima solicitou a correção de seu nome de Dorotéia para Dorotéia, sem a letra “i”. Solicitou a complementação da sugestão do Presidente do CDU, quanto à proposta dela de supressão do inciso VI, do art. 14, nos seguintes termos “O Presidente sugeriu que, posteriormente, por meio de resolução, o ‘caráter emergencial’ será melhor definido, o que foi acatado e aprovado pela maioria”. E, ainda, a alteração de sua sugestão, quanto aos números de Conselheiros para compor as Câmaras Técnicas Setoriais, de “mudança” para “ampliação”.

O Conselheiro Paulo Afonso dos Santos informou que, após o encaminhamento de e-mail com a solicitação a seguir e informado que a mesma deveria ser feita no Plenário, em sua Questão de Ordem, além da apresentação do Decreto de instituição da comissão especial de estudos técnicos para elaboração e execução do processo de revisão do Plano Diretor do Município de Belém (PDB), solicitou a prestação de contas do funcionamento, ou não, do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FDU), e que caso não fosse possível na próxima reunião que seja agendada para as reuniões seguintes.

O Presidente acatou a solicitação e indicou a SEGEP como a responsável pela a apresentação da análise e diagnóstico do funcionamento do FDU, na próxima reunião.

A Conselheira Roberta Rodrigues solicitou complementação do posicionamento da Dra. Juliana Oliveira, da Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE/PA), quanto ao alerta aos Conselheiros da responsabilidade na gestão do FDU.

O Presidente perguntou ao Plenário se haveria, ainda, mais alguma sugestão. Sem mais posicionamentos, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CDU/Belém

Ata foi aprovada e será assinada na reunião subsequente, após as alterações solicitadas.

Encaminhamentos

- a. A Ata da 3ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 22 de janeiro de 2019, será assinada pelos Conselheiros na reunião subsequente após serem realizadas as alterações solicitadas.
- b. A SEGEP apresentará na reunião subsequente uma análise e um diagnóstico do funcionamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FDU).

Pauta 02 - Apresentação da proposta da SEGEP quanto às alterações do Plano Diretor do Município de Belém (PDB)

O Presidente do CDU, em prosseguimento aos itens da pauta, convidou a Arq. Alice Rosas, técnica da SEGEP, para a apresentação da proposta da SEGEP quanto às alterações do Plano Diretor do Município de Belém (PDB).

A Arq. Alice Rosas informou que a apresentação será consistir em material, antecipadamente encaminhado aos Conselheiros por e-mail, identificado como PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTOS PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR e seu ANEXO I – QUADRO SÍNTESE DE REFERÊNCIA PARA A REVISÃO DO PDB.

A Arq. Alice Rosas informou que, após estudos iniciais, foi identificada a necessidade de atualização dos princípios, objetivos e diretrizes do PDB, bem como das Políticas Setoriais, no entanto, a definição de estratégias para o desenvolvimento econômico do Município de Belém, seria de extrema importância. Quanto ao Ordenamento Territorial, ainda será necessário um diagnóstico da situação atual a fim de subsidiar os estudos para a estruturação urbana e definição de parâmetros urbanísticos, o que resultaria na Política de Ordenamento Territorial.

A Arq. Alice Rosas esclareceu, ainda que, para a realização dos estudos citados acima, a SEGEP já está desenvolvendo ações no sentido de elaborar o Sistema de Informações Municipais de Belém (SIB), para a obtenção de dados atualizados que serão utilizados como base para os estudos e propostas.

Finalizando, a Arq. Alice Rosas apresentou a proposta para a revisão do PDB, que se traduziu em duas fases, iniciando com a fase de revisão das Políticas Setoriais, que já pode iniciar, inclusive sob a responsabilidade da Equipe Técnica criada para a revisão do PDB, sob a coordenação da SEGEP. E, numa segunda fase seria revisada, também a Política de Ordenamento Territorial.

O Presidente do CDU solicitou esclarecimentos quanto aos prazos para a realização das fases e a necessidade de orçamentos.

A Arq. Alice Rosas esclareceu que os prazos estão definidos na planilha, no entanto, ainda não podem ser detalhados em meses específicos, visto que, ainda, são necessárias definições importantes para o início da contagem, inclusive por parte deste CDU. Quanto aos orçamentos, a proposta em andamento são Acordos de Cooperação Técnica, para qual a UFPa, já foi indicada como uma opção, a fim de organizar um Plano de Trabalho, juntamente com propostas orçamentárias. No entanto, ainda se faz necessária a aprovação destes



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CDU/Belém

procedimentos pelo CDU para continuidade.

O Presidente, após o término da apresentação, colocou em discussão a proposta.

O Conselheiro Rosivaldo Batista informou da complexidade de elaboração de um Plano de Desenvolvimento Econômico que necessita de muitas informações. Perguntou, então, quais seriam as informações fornecidas pelo SIB? Declarou que algumas informações são fundamentais para a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Econômico.

O Presidente informou que o Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM), que detém a Base de Dados informatizada, será utilizado para fazer simulações nas quais se basearão as estratégias para o desenvolvimento da cidade.

Em complemento, a Arq. Alice Rosas esclareceu que o SIB deverá fornecer informações administrativas e territoriais facilitando, por exemplo, a aprovação das obras pela SEURB, que contará com dados georreferenciados. Deverá, também, fornecer dados sobre a infraestrutura da cidade, meio-ambiente, densidade populacional, que serão utilizadas para as regularizações fundiárias, etc. Deverá, ainda, fornecer dados que integrarão o Município a outros órgãos e instituições, como a COSANPA, o IBGE, os CORREIOS, etc. O SIB será acessado por todas as secretarias, qualquer cidadão, estudantes e pesquisadores. O SIB está sendo desenhado para ser uma plataforma interativa. A proposta do SIB é mudar a cultura de trabalho fazendo com que uma secretaria que precise de um referido dado possa consegui-lo por meio do sistema.

O Dr. Raimundo Moraes, Promotor do MPPA, informou que as citadas informações já existem nas secretarias, no entanto, não estão interligadas dentro do próprio Poder Público, o que dificulta a gestão. Esclareceu, ainda, que a criação já foi definida no PDB, o sistema precisa apenas de regulamentação.

A Conselheira Filomena Mata enfatizou a importância de uma equipe técnica que defina quais os dados mais importantes e de que forma deveriam ser complementados, assinalando a responsabilidade das secretarias.

O Presidente solicitou ao Plenário um posicionamento quanto à aprovação da proposta apresentada pela SEGEP.

A Conselheira Maria Dorotéa Lima argumentou que antes da aprovação, ou não, da proposta ainda teria mais questões a formular para a SEGEP, como acerca do prazo das contratações e questionou o curto prazo com o qual estava sendo encaminhado o material para análise dos Conselheiros.

O Presidente perguntou ao Plenário, então, qual seria o prazo suficiente para o encaminhamento.

A Conselheira Maria Dorotéa argumentou que sempre dependeria da situação, da temática em discussão, portanto, seria difícil definir um prazo.

O Presidente propôs, então, o prazo de dez dias para o encaminhamento do material.

O Sr. Fábio Moraes, Presidente da FUMBEL, questionou que dez dias poderia ser tempo demais, visto as muitas atribuições dos participantes.

O Presidente informou, então, que não seriam encaminhados materiais para os Conselheiros com o prazo menor que cinco dias, no entanto, acrescentou que cada Conselheiro poderia solicitar, por e-mail, a prorrogação do prazo até que todos tenham o domínio da matéria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CDU/Belém

A Conselheira Maria Dorotéa Lima manifestou sua preocupação com agenda de reuniões e solicitou mais cautela devido aos assuntos densos que são tratados pelo Conselho.

O Conselheiro Walber Mattos propôs que algumas das ações sugeridas poderiam ser deliberadas, como as avaliações das Políticas Setoriais, diferentemente do ordenamento que o Conselho poderia analisar com mais tempo, após o conhecimento melhor do PDB.

A Conselheira Roberta Rodrigues enfatizou ter dúvidas quanto ao início da revisão das Políticas Setoriais e sugeriu a necessidade de uma avaliação interna na PMB, bem como alertou para o risco de discussões com a população sem uma avaliação mais consistente. Solicitou, ainda, que na próxima reunião seja apresentada uma proposta mais detalhada acerca do SIB, pois tem conhecimento que o CTM foi atualizado somente parcialmente, e que precisa ter seus dados acessíveis. Lembrou que o Conselheiro Raul Neto, em reunião anterior, declarou que “Ter dados não é ter informações”. Apresentou o site <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/SBC.aspx> como exemplo a ser pesquisado sobre as informações necessárias para o SIB.

A Conselheira Roberta Rodrigues, ainda, perguntou a Arq. Alice Rosas como seria realizada a inclusão de um capítulo no PDB sobre a Lei do Uso do Solo. Enfatizou a importância da capacitação dos Conselheiros e, informou que a contratação da UFPa seria mais importante do que apenas contribuir com o processo de revisão, visto que a instituição trabalha com a produção de conhecimento.

A Arq. Alice Rosas, em resposta à Conselheira Roberta Rodrigues, informou que a proposta será de inclusão de um capítulo no PDB com a Lei do Uso do Solo, pois já incorporaria a regulamentação de alguns instrumentos urbanísticos e contribuiria com a PMB para o exercício do controle do território, visto se tratar de um instrumento administrativo importante para a gestão, como por exemplo, para evitar o surgimento de grandes empreendimentos em áreas sem infraestrutura consolidada, para organização de dados informatizados que serão utilizados para a definição de habitações sociais, bem como a preocupação ambiental.

O Dr. Raimundo Moraes questionou a ausência na apresentação do ANEXO I – QUADRO SÍNTESE DE REFERÊNCIA PARA A REVISÃO DO PDB, por se tratar de parte integrante do debate. Informou, ainda, a necessidade de se pensar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico na perspectiva do PDB e não geral, pois a ênfase na política econômica ocorre pela preocupação o quanto a organização da cidade influencia na economia, por exemplo, a questão da Segurança Pública. Encaminhou ao CDU a informação de que a Câmara Municipal de Belém aprovou uma legislação que autoriza o fechamento de ruas sem saída, no entanto, a PMB permanece com a responsabilidade de manutenção do logradouro. O Dr. Raimundo Moraes declarou que a referida lei é inconstitucional e que a PMB não poderá executar essa Lei. Enfatizou, ainda, que devido a falta de investimentos em áreas carentes, ocorre o aumento da insegurança na cidade, portanto, algumas políticas deverão ser discutidas, com a Política de Segurança Pública. Lembrou, ainda, que o SIB deverá ser interligado em âmbito Federal e Estadual. Quanto à proposta da SEGEP, informou a necessidade de um maior detalhamento como um cronograma físico, estudos de viabilidade, detalhamento da equipe



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CDU/Belém

responsável pela ação, qual a divisão e técnicos responsáveis, e, principalmente, que os técnicos tenham tempo integral e condições para a realização das tarefas. Argumentou se os técnicos definidos para a Equipe Técnica são suficientes, se o tempo delegado por esses técnicos é suficiente para a realização da tarefa com qualidade.

O Presidente do CDU, em resposta ao Dr. Raimundo Moraes, apresentou ao Plenário a Arq, Semírames Silva como a coordenadora da Equipe Técnica de revisão do PDB e citou nominalmente os técnicos que compõe o Decreto nº 91.393/2018, que instituiu a comissão especial de estudos técnicos para elaboração e execução do processo de revisão do Plano Diretor do Município de Belém (PDB), argumentando com os Secretários responsáveis pelos técnicos a disponibilidade dos mesmos em tempo integral.

Após manifestação dos Secretários presentes, identificou-se a necessidade de uma revisão do Decreto mediante a indicação de outros técnicos, bem como a permanência de alguns.

O Presidente enfatizou apenas a necessidade de que os componentes sejam técnicos exclusivos para as atividades de revisão do PDB, junto às consultorias a serem contratadas.

A Conselheira Maria de Nazaré Costa informou que já está sendo montada uma sala específica para a Equipe Técnica de revisão do PDB na SEURB e apresentou o currículo da Arq. Semírames da Silva.

Após solicitação ao Plenário de voz e aprovado por todos, a Arq. Semírames da Silva, Coordenadora da Equipe Técnica de revisão do PDB, agradeceu a indicação da Arq. Alice Rosas e a aprovação de seu nome pela SEGEP e pelo Prefeito de Belém. Informou, ainda, que após realizada uma primeira reunião com a Equipe Técnica serão definidas as novas diretrizes para o processo.

A Arq. Alice Rosas enfatizou a importância das diretrizes estratégicas para o desenvolvimento econômico do Município, pois, irão definir as políticas econômicas para o território que subsidiarão a elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico Municipal, previsto no PDB.

O Dr. Raimundo Moraes enfatizou a importância de análise de outras políticas, não somente a Política Econômica, seriam importantes estudos acerca da Política de Segurança Pública.

A Arq. Alice Rosas argumentou que a falta de geração de empregos se reflete na segurança a partir da falta de, criando assim, um cenário de desigualdade social e aumentando a violência na cidade. Enfatizou a importância da Política de Desenvolvimento Econômico, juntamente com o Ordenamento Territorial, estabelecendo metas para a gestão, mediante um plano consolidado que contribuirá para melhoria dos indicadores da segurança pública. Informou que a equipe técnica do DEDM/SEGEP, apesar de reduzida, se coloca à disposição para trabalhar em conjunto com a Equipe Técnica de revisão do PDB, apoiando a coordenação no que for necessário.

A Conselheira Roberta Rodrigues argumentou que, para uma discussão na perspectiva econômica, os dados existentes ainda são insuficientes, ou seja, uma análise econômica precisará de mais subsídios.

O Presidente do CDU questionou se haveria a possibilidade de votação, ainda nessa reunião, de um cronograma para a realização da proposta apresentada pela SEGEP.

A Arq. Alice Rosas enfatizou que a expectativa na apresentação era de expor a necessidade de revisão do



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CDU/Belém

PDB e que o CDU poderia indicar outras estratégias para a revisão. Ainda não seria um cronograma, visto que o Conselho precisaria, inicialmente, aprovar a proposta da SEGEP. Argumentou, ainda, a necessidade de uma metodologia, sem a qual não poderia ser definido um cronograma. Lembrou que a estratégia proposta pela SEGEP subdivide-se em dois momentos.

O Presidente perguntou ao Plenário se os Conselheiros se achavam preparados para alguma deliberação, caso contrário, seria adiada a decisão para uma próxima reunião. Colocado em votação, apenas dois votos a favor de uma decisão, o restante se posicionou contrariamente.

O Presidente, a seguir, propôs que a decisão ocorra em uma próxima reunião a se realizar no dia doze de fevereiro, visto que, para a reunião do dia doze de março já está sendo prevista a análise da proposta de capacitação do CDU e a apresentação do CTM.

A Conselheira Roberta Rodrigues sugeriu o dia dezoito de fevereiro, haja vista a proximidade do dia proposto pela Presidência.

O Presidente, acatando a sugestão da Conselheira Roberta Rodrigues, transferiu sua proposta para o dia dezoito de fevereiro às quinze horas, tendo como pauta a definição do cronograma de realização dos estudos técnicos e a apresentação da proposta de capacitação dos Conselheiros.

A Conselheira Samanta Nahon sugeriu que os Conselheiros encaminhassem propostas para a Secretaria Executiva do CDU, utilizando o e-mail cdu.segep@gmail.com, com suas contribuições antecipadamente à reunião do dia dezoito de fevereiro.

O Presidente informou, então, que as referidas contribuições deverão ser encaminhadas até o dia doze de fevereiro e que, no dia dezoito de fevereiro serão aprovados a estratégia e seu cronograma. Para a reunião do dia doze de março já ficaria prevista a apresentação do CTM.

A Conselheira Maria de Nazaré Costa informa que, após a aprovação do Regimento Interno, as subcomissões referentes à capacitação do CDU e à revisão do PDB, deveriam ser identificadas como Grupos de Trabalho.

Encaminhamentos

1. Não serão encaminhados materiais para os Conselheiros com o prazo menor que cinco dias, no entanto, cada Conselheiro poderá solicitar, por e-mail, a prorrogação do prazo até que todos tenham o domínio da matéria;
2. Deverão ser encaminhadas, para o e-mail cdu.segep@gmail.com, contribuições, por parte dos conselheiros, até o dia doze de fevereiro, acerca da estratégia e do cronograma a serem adotados para a revisão do PDB, para que no dia dezoito de fevereiro sejam aprovados pelo CDU.
3. Agendada reunião para o dia dezoito de fevereiro, às quinze horas, tendo como pauta a definição da estratégia e do cronograma a serem adotados para a revisão do PDB, apresentação da proposta de capacitação dos Conselheiros e a apresentação da análise e diagnóstico, pela SEGEP, do FDU;
4. Para a reunião do dia doze de março será prevista a apresentação do CTM.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CDU/Belém

Pauta 03 – Apresentação, pela SEGEP, do Decreto nº 91.393/2018 que instituiu a comissão especial de estudos técnicos para elaboração e execução do processo de revisão do Plano Diretor do Município de Belém (PDB)

O Presidente informou que a referida pauta já foi atendida durante discussões da pauta anterior.

A Conselheira Maria de Nazaré Costa informou que o Decreto será revisado em função de algumas alterações, sugeridas durante a reunião em questão, com ênfase na exclusividade dos técnicos, proposta pelo Dr. Raimundo Moraes, e ainda, a necessidade de consulta da SEMMA e do PROMABEM, que não se encontram presentes. Após sua revisão, o Decreto será republicado.

A Conselheira Samantha Nahon enfatizou que o planejamento urbano é uma questão multidisciplinar, portanto, a Equipe Técnica não deveria se restringir aos arquitetos e urbanistas, sugeriu que sejam agregados outros técnicos.

A Conselheira Maria de Nazaré Costa informou que a Equipe Técnica em questão é composta por técnicos com experiência em atuação com o PDB, no entanto, serão agregados novos técnicos de acordo com a demanda.

O Sr. Fábio Moraes argumentou que o desenvolvimento econômico sustentável não existe sem a presença de uma política social e que deveriam ser agregadas pessoas com esse perfil, inclusive a participação de representantes da criança e do adolescente.

O Conselheiro Paulo Afonso dos Santos questionou que o Decreto de 2018 só revela a ausência da falta de comprometimento dos técnicos, visto que, se a comissão já estivesse funcionando já teriam material para discussão. Informou que espera que a Semírames já faça isso. Acrescentou, ainda, que a SEGEP é a única que responde os questionamentos, falta o restante das secretarias. Solicitou que os técnicos fiquem à disposição do CDU.

A Conselheira Maria de Nazaré Costa informou que os técnicos já estão trabalhando a partir da realização do estudo do PDB.

O Presidente esclareceu que vários técnicos poderiam falar pela SEGEP, no entanto, a Arq. Alice Rosas é quem estava fazendo a apresentação. Enfatizou, ainda que, o CDU precisa decidir o que será feito antes, pois a Equipe Técnica do PDB virá depois para otimizar o processo. As decisões preliminares precisam ser do CDU. Informou ao Sr. Fábio Moraes que serão convidados técnicos do Conselho da Infância e Adolescência.

A Conselheira Roberta Rodrigues questionou acerca das propostas de capacitação do CDU, perguntou se o Grupo de Trabalho ainda irá se reunir.

A Conselheira Maria de Nazaré Costa informou que já existe a proposta e vai se encaminhada aos Conselheiros para apreciação.

A Conselheira Roberta Rodrigues argumentou a necessidade de definição, na reunião do dia dezoito de fevereiro, dos Grupos de Trabalho e das Câmaras Técnicas Setoriais.

O Presidente informou que na reunião do dia doze de março serão definidos os Grupos de Trabalho e as Câmaras Técnicas Setoriais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CDU/Belém

O Conselheiro Paulo Afonso dos Santos questionou a ausência da Câmara Municipal de Belém.

O Presidente informou quanto à presença do Conselheiro Walber Mattos, suplente da CMB.

A Conselheira Samanta Nahon sugeriu que algum Conselheiro propusesse quais seriam os Grupos de Trabalho e as Câmaras Técnicas Setoriais a serem criadas.

O Presidente indicou os Conselheiros Danilo Silva e Paulo Afonso dos Santos para a realização da tarefa. Os Conselheiros aceitaram a indicação.

O Conselheiro Danilo Silva informou que já vem pesquisando consultorias para participar do processo de revisão do PDB e apresentará na reunião do dia dezoito de fevereiro e, enfatizou o papel do CDU enquanto participação com propostas para discussão. Solicitou, inclusive, a participação da Conselheira Roberta Rodrigues, representante da UFPa. Esclareceu, conforme discutido anteriormente, que a participação do Arq. José Akel na Equipe Técnica será revista em função de suas demais atividades.

O Presidente do CDU enfatizou que devido a sua grande importância para as discussões acerca do planejamento urbano da cidade, o Arq. José Akel será seu convidado, caso não tenha disponibilidade para permanecer na Equipe Técnica.

O Conselheiro Danilo Silva enfatizou, novamente, a importância do CDU em trazer ao Plenário uma agenda propositiva.

O Dr. Raimundo Moraes argumentou, quanto à apresentação do FDU, que deverá ser considerado o texto da Lei do PDB, que não se atenha a como o Fundo está sendo utilizado hoje e sim, trazer informações de como o Fundo deveria funcionar, apresentar onde estão tramitando as verbas, se existe uma inadequação das verbas, identificar as fontes, onde estão os recursos e trazer o passo seguinte.

A arq. Alice Rosas ressaltou que a indicação dos técnicos ocorreu mediante a consulta aos mesmos, quanto à disponibilidade e ao interesse, e a necessidade do técnico participar do quadro funcional da secretaria, haja vista a preocupação com a eventual solução de continuidade do processo.

Encaminhamentos

1. O Decreto nº 91.393/2018 será revisado em função de algumas alterações, com ênfase na exclusividade dos técnicos;
2. Será encaminhada aos Conselheiros a proposta para a capacitação do CDU, elaborada pelo Grupo de Trabalho de Capacitação do CDU, que será discutida na reunião do dia dezoito de fevereiro;
3. Na reunião do dia doze de março serão definidos os Grupos de Trabalho e as Câmaras Técnicas Setoriais, juntamente com a apresentação do CTM;
4. Os Conselheiros Danilo Silva e Paulo Afonso dos Santos estão responsáveis por elaborar uma proposta para quais seriam os Grupos de Trabalho e as Câmaras Técnicas Setoriais a serem criadas, a ser apresentada na reunião do dia doze de março.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CDU/Belém

Sem mais assuntos para discussão, o Presidente do CDU encerrou a reunião, agradecendo a participação e a colaboração de todos.